



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 17/2018
PROCESSO Nº 23807.000176/2018-19**

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO / SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
NÚMERO: 17/2018
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DE ABERTURA: 22/01/2019
HORÁRIO: 10:00h, Horário de Brasília
LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br
INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
UASG: 155891
ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, COMPREENDENDO TAMBÉM A OPERACIONALIZAÇÃO, E LOGÍSTICA ATRAVÉS DE SELF SERVICE, PARA ALUNOS DEVIDAMENTE MATRICULADOS NO CAMPUS, COM INTUITO DE ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – CAMPUS ALAGOINHAS.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – CAMPUS ALAGOINHAS, criado pela Lei nº 11.892, de 22 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 29 de dezembro de 2008, aqui denominado simplesmente IF Baiano, através de seu (sua) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, designado pela portaria nº 02, de 06 de Setembro de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que nas datas, horário e local acima indicado, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO SRP**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com as condições deste edital e seus anexos, observando os preceitos do direito público, em especial às disposições contidas na Lei nº 10.520/02, nos Decretos nº 3.555/00, 5.450/05, 6.204/07, 3.722/01 e 7.892/13 (alterações Decreto 8.250/14), subsidiariamente, aos dispositivos da Lei nº 8.666/93, incluindo a legislação pertinente e complementar. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente, não previsto neste edital, que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida, mediante comunicação do(a) Pregoeiro(a) e aviso no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br informando nova data e horário.

1 – DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação do serviço de fornecimento de refeições, compreendendo também a operacionalização, e logística através de self service para alunos devidamente matriculados do campus, com intuito de atender as necessidades do Instituto, conforme condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência deste edital;

1.1.1. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preço será o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – CAMPUS ALAGOINHAS;

1.2. O IF Baiano não se obriga a adquirir as quantidades indicadas no Termo de Referência, anexo a este edital, podendo realizar licitação específica para a aquisição dos bens pretendidos, ou utilizar-se de outros meios legais, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, nos termos do art. 16, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU SOCIEDADE COOPERATIVA, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação previstos neste edital e que **estejam em um raio de até 25 km (justificativa no processo) do Instituto Federal Baiano – Campus de Alagoinhas, e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto, contrato social ou cartão do CNPJ atualizado, especifique ramo de atividade compatível com o objeto da licitação**, estando previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF para que possam acessar o sistema de licitações promovidas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG ou por aqueles que tenham celebrado termo de adesão ao sistema e também atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante deste edital e seus anexos:

2.1.1. Os licitantes que participam do pregão eletrônico serão previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), que atuará como provedor do sistema eletrônico:

2.2. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos:

2.2.1. a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

2.3. Não poderão participar deste pregão as empresas:

2.3.1. que se encontrem em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

2.3.2. que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Administração Pública, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

2.3.3. que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que sejam suas formas de constituição;

2.3.4. que estejam em mora ou inadimplentes perante o IF Baiano;

2.3.5. estrangeiras que não funcionem no país.

3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes que participam do pregão eletrônico serão previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, que atuará como provedor do sistema eletrônico:

3.1.1. os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, antes da data de realização do pregão;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

3.1.2. o credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O credenciamento do licitante dependerá de registro no SICAF (art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05);

3.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III, do Decreto nº 5.450/2005);

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005);

3.5. A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4 – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão proceder ao encaminhamento da proposta de preços, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então, automaticamente, encerrar-se-á a fase de recebimento das propostas:

4.1.1. até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (§ 4º do art. 21 do Decreto nº 5.450/05).

4.2. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica;

4.3. Como requisito para participação no pregão, o licitante, ao cadastrar sua proposta, deverá enviar, de forma eletrônica, as seguintes declarações, através do assinalamento de quadrícula no sistema Comprasnet:

4.3.1. Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação;

4.3.2. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

4.3.3. Declaração de que não Emprega Menor.

4.4. As declarações dos itens 4.3.1. a 4.3.3. serão visualizadas e impressas pelo(a) Pregoeiro(a) na fase de habilitação, quando poderão também ser alteradas ou reenviadas pelos licitantes;

4.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública (inciso III, do art. 13, do Decreto nº 5.450/05);

4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inciso IV, do art. 13, do Decreto nº 5.450/05);

4.7. Referente ao campo "descrição detalhada do objeto" constante no sistema eletrônico, a ser preenchido



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

quando da formulação da proposta, deverá ser igual ao Termo de Referência deste edital ou será aceita a simples referência “conforme o edital” ou menção similar, no caso de não haver detalhamento a ser referido:

4.7.1. caso o campo seja preenchido com especificações diversas daquelas constantes no edital, deverá haver o cuidado, por parte do licitante para que a descrição complementar não contrarie as especificações constantes no edital, sob pena de desclassificação;

4.7.2. serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto o licitante obrigar-se-á ao fornecimento descrito neste edital:

4.7.2.1. entretanto, se da proposta constar condições materiais mais vantajosas que as exigidas neste edital elas não serão consideradas para efeito de escalonamento de ofertas, mas vincularão o proponente na execução contratual.

4.7.3. se na proposta inexistir descrição detalhada do objeto, considerar-se-á que a mesma atende a todas as características exigidas pelo edital.

4.8. No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas necessárias à perfeita execução das prestações contratuais, tais como tributos, encargos legais, etc.;

4.9. Em caso de divergências verificadas entre as descrições relativas ao objeto desta licitação (Anexo I) e as descrições constantes no Catálogo de Materiais do “SIASG”, prevalecerão, sempre, as descrições constantes neste edital;

4.10. Não serão aceitas propostas alternativas nem submetidas a termo, condição ou encargo;

4.11. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de eventual desconexão:

4.11.1. O IF Baiano não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

4.12. O simples envio da proposta será interpretado como concordância com os termos deste edital, com o estipulado na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, salvo se a proposta contiver disposição que contrariem expressamente quaisquer dos itens deste edital;

4.13. A Proposta de Preços ajustada, propriamente dita, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, em conformidade com os anexos deste edital, deverá ser formulada e enviada ao(à) Pregoeiro(a), contendo o seguinte:

a) o valor total da proposta de preços, em algarismo e por extenso, bem como da descrição completa dos produtos ofertados, conforme especificações constantes dos anexos, podendo ser feita menção ao referido termo;

b) prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste pregão;

c) declaração de que nos custos estão inclusas todas as despesas necessárias à prestação contratual, inclusive as incidências de ordem tributária, previdenciárias e trabalhistas, bem como declaração expressa de que o licitante concorda com todos os termos deste edital;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

d) no caso do licitante ser optante do SIMPLES NACIONAL, incluir memória de cálculo detalhada, nos termos da Lei complementar nº 123/06.

4.14. A empresa vencedora deverá encaminhar a Proposta de Preços, documentações e catálogo/portfólio se solicitadas, de acordo com o especificado neste edital, via e-mail para licitacoes@alagoinhas.ifbaiano.edu.br no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, contados da convocação do pregoeiro através do chat, sendo que o não atendimento implica na desclassificação da empresa;

4.14.1 o prazo estabelecido para envio de documentação e proposta é improrrogável, portanto, não serão aceitos pedidos de prorrogação de prazo para envio da documentação.

4.15. Os documentos e anexos exigidos, remetidos via e-mail, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação do objeto (§ 3º do art. 25 do Decreto nº 5.450/05):

4.15.1. Os documentos deverão ser encaminhados ao IFBAIANO – Campus Alagoinhas, situado no rodapé desta página.

5 – DA SESSÃO PÚBLICA E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. O (A) Pregoeiro(a) iniciará a sessão pública na data e horário previstos neste edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital:

5.1.1. todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5.2. As propostas que não atenderem aos requisitos constantes no presente edital ou que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis serão previamente desclassificadas pelo(a) Pregoeiro(a):

5.2.1. a desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

5.3. A partir do horário e data previstos no preâmbulo, terá início a sessão pública do pregão eletrônico em epígrafe, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme edital e de acordo com o Decreto nº 5.450/05, publicado no DOU de 31 de maio de 2005:

5.3.1. o sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

- 6.3.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 6.4.** Havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema;
- 6.5.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 6.6.** No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances:
- 6.6.1.** o(a) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 6.6.2.** quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos licitantes participantes, no endereço utilizado para divulgação desta licitação.
- 6.7.** A etapa de lances será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante encaminhamento, pelo sistema eletrônico, de aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será encerrada, automaticamente, a recepção de lances:
- 6.7.1.** caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o(a) Pregoeiro(a) se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes.
- 6.8.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital;
- 6.9.** O(A) Pregoeiro(a) poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão publicada ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor:
- 6.9.1.** quando houver necessidade de apresentação de amostra, o(a) Pregoeiro(a) encerrará a etapa de lances, divulgando, posteriormente, o resultado de julgamento.
- 6.10.** Nos casos onde o valor do último lance tiver mais que duas casas decimais, serão consideradas apenas as duas primeiras casas;
- 6.11.** Encerrada a etapa competitiva, o(a) Pregoeiro(a) verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com os praticados no mercado.

7 – DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 7.1.** Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação a microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06:
- 7.1.1.** entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

classificada;

7.1.2. o subitem anterior somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.1.3. para identificação da situação de empate, o sistema de pregão eletrônico, após encerramento da fase de lances identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma microempresa ou empresa de pequeno porte, e das demais classificadas nesta categoria, na ordem de classificação.

7.2. Após o encerramento de todos os itens, para cada item que teve uma empresa de médio ou grande porte como vencedora do melhor lance, o sistema selecionará todas as microempresas e empresas de pequeno porte cujo último lance enviado, para o item, seja até 5% (cinco por cento) superior à oferta vencedora:

7.2.1. após este procedimento, o sistema enviará mensagem, via *chat*, informando quais itens terão desempate no lance.

7.3. Para efeito do disposto no item 7.1., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.3.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que lhe será adjudicado o objeto licitado:

7.3.1.1. para viabilizar tal procedimento, o sistema selecionará os itens com tais características, disponibilizando-os automaticamente nas telas do(a) Pregoeiro(a) e fornecedor, encaminhando mensagem, também automática, por meio do *chat*, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra em segundo lugar a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de decair do direito concedido.

7.3.2. caso a microempresa ou empresa de pequeno porte classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais microempresas ou empresas de pequeno porte participantes na mesma condição, na ordem de classificação;

7.3.3. havendo êxito neste procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação:

7.3.3.1. não havendo êxito, ou não existindo microempresa ou empresa de pequeno porte participante, prevalecerá a classificação inicial.

7.3.4. caso sejam identificadas propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte empatadas em segundo lugar, ou seja, na faixa dos 5% (cinco por cento) da primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

7.3.5. a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar, quando houver, será sempre após o procedimento de desempate de proposta e classificação final dos fornecedores participantes.

7.4. Para todos os cálculos efetuados, serão levadas em consideração duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

7.5. Se durante o desempate houver suspensão do pregão ou do item, o tempo será interrompido:

7.5.1. quando o pregão ou item for reaberto, o tempo será retomado de onde parou.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Analisadas as propostas, serão desclassificadas as que:

- a)** forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;
- b)** apresentarem preços excessivos ou sem comprovar a exequibilidade de sua(s) oferta(s), quando não demonstrar a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os do mercado;
- c)** apresentarem preços total ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- d)** apresentarem proposta alternativa.

8.2. O(A) Pregoeiro(a) efetuará o julgamento das Propostas de Preços decidindo sobre a aceitação dos preços obtidos, sendo que o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o licitante, de modo a obter a proposta mais vantajosa para a Administração:

8.2.1. para efeito de julgamento das propostas, considerar-se-á (ão) vencedora(s) aquela(s) que, obedecendo às condições e especificações estabelecidas neste edital, apresente(m) o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.3. Após a sessão de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante, conforme disposições deste edital (art. 25, do Decreto nº 5.450/05):

8.3.1. o julgamento será realizado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM** da proposta, sendo aceitas somente duas casas decimais, com o valor unitário exato (sem dízimas).

8.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital;

8.5. Analisada a proposta e a aceitabilidade dos preços, o(a) Pregoeiro(a) anunciará imediatamente o licitante vencedor via *chat*;

8.6. No julgamento das propostas, deverão ser observados, no interesse da Administração: preços, qualidade, quantidades, prazo de entrega e outras considerações;

8.7. O (A) Pregoeiro (a) poderá solicitar dos licitantes quaisquer outras informações que julgar pertinentes para o perfeito conhecimento e julgamento do objeto, tais como: planilhas de custos, prospectos/*folders*, informações relativas ao fornecedor do produto, dentre outras, sendo que estas deverão ser enviadas, de modo imediato e irrepreterível, preferencialmente através do e-mail: licitacoes@alagoinhas.ifbaiano.edu.br;

8.7.1. O não atendimento às diligências implicará na desclassificação da proposta apresentada, conforme e quando for o caso.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. A proposta ajustada ao lance final do licitante vencedor e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser remetidos para o e-mail: licitacoes@alagoinhas.ifbaiano.edu.br no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, contados da convocação do pregoeiro através do chat, sendo que o não atendimento implica na desclassificação da empresa;

9.2. A proposta escrita deverá ser apresentada pelo licitante que ofertou o menor lance em formulário próprio do licitante, contendo:

- a)** preço unitário e total para o item em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, observadas as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência;
- b)** prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;
- c)** especificações claras do item cotado, que devem estar de acordo com o especificado no Anexo I deste edital;
- d)** razão social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;
- e)** declaração de que no(s) preço(s) cotado(s) estão incluídos todas as despesas necessárias ao perfeito cumprimento do objeto da licitação;
- f)** terem todas as folhas rubricadas pelo responsável pela empresa, devendo a última folha ser assinada e constar o nome completo do responsável seu RG e CPF;
- g)** declaração de haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os custos, emolumentos, encargos, inclusive sociais, contribuições fiscais e parafiscais, bem como os tributos incidentes sobre a compra dos produtos, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

9.3. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos, pertencentes ou não ao quadro de pessoal do IF Baiano, para orientar e/ou subsidiar sua decisão;

9.4. Analisada a proposta de preços, o(a) Pregoeiro(a) efetivará a adjudicação no sistema Comprasnet, consagrando-se vencedora aquela empresa que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital (art. 25 do Decreto nº 5.450/05);

10.2. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos:

- 10.2.1.** os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados, no prazo e forma definidos no



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

item **4.15.** deste edital, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico (§1º e §2º do art. 25 do Decreto nº 5.450/05).

10.3. Os documentos necessários para habilitação são:

10.3.1. relativos à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a)** cédula de identidade do representante legal da empresa;
- b)** registro comercial, no caso de empresa individual;
- c)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- d)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- e)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3.2. relativos à qualificação econômico-financeira, limitar-se-á:

- a)** certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual;
- b)** certidões negativas de execução patrimonial expedidas pelos distribuidores das justiças estadual e federal do domicílio do licitante pessoa física.

10.3.3. relativos à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

- a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** prova de regularidade perante a Fazenda Federal: Certidão de Situação Regular de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social: Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- e)** prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão de Regularidade de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.3.4. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- a) O licitante deverá apresentar pelo menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica expedido em seu nome/empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o seu desempenho em fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades razoáveis e com o objeto desta licitação.
- b) A empresa deverá comprovar que possui 01 (uma) Nutricionista responsável, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição; podendo ser funcionário, sócio e/ou prestador de serviço. Para a referida comprovação a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
 - ✓ Certidão do Conselho Regional de Nutricionistas (Pessoa Física);
 - ✓ No caso de funcionário - cópia autenticada da Carteira de Trabalho comprovando o vínculo empregatício;
 - ✓ No caso de prestador de serviços – cópia do contrato devidamente autenticado em cartório ou acompanhado do original;
 - ✓ No caso de sócio, cópia autenticada do Contrato Social da empresa.
 - ✓ A empresa deverá comprovar que está registrada no Conselho Regional de Nutricionistas - CRN, através da apresentação do certificado emitido pelo referido conselho.
 - ✓ Apresentar alvará de funcionamento atualizado emitido pelo órgão público responsável pela vigilância sanitária (cópia autenticada em cartório ou acompanhada do original).

10.3.5. A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á através da apresentação de original ou cópia autenticada da comunicação registrada, ou de certidão em que conste a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida pelo órgão de registro competente, conforme art. 4º do Decreto nº 3.474/00.

10.4. Toda a documentação para a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser apresentada, mesmo que esta contenha alguma restrição:

10.4.1. havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. ([Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014](#)), nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06;

10.4.2. a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação. [Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014](#)), nos termos do § 2º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

10.5. Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, serão inabilitados e o(a) Pregoeiro(a) procederá de acordo com o item 8.4 do presente edital;

10.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste edital e seus anexos;

10.7. A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o proponente às sanções, conforme item 19 deste edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que o ato ensejar;

10.8. O envio das declarações de que a empresa não emprega menor e a de inexistência de fatos supervenientes, será de forma virtual, ou seja, o fornecedor no momento da elaboração e envio de proposta, também enviará as referidas declarações;

10.9. No julgamento da habilitação e das propostas, o (a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (§3º, art. 26 do Decreto nº 5.450/05);

10.10. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

Parágrafo Único – Para as certidões que não constarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias contados da emissão, e constatando-se cadastro ou quaisquer das certidões vencidas, o licitante deverá reapresentar, conforme o caso, as documentações.

11 – DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

11.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por via *e-mail*, para o seguinte endereço: licitacoes@alagoinhas.ifbaiano.edu.br (art. 19, do Decreto nº 5.450/05);

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente edital por irregularidade, enviando o pedido via *e-mail*, para o seguinte endereço: licitacoes@alagoinhas.ifbaiano.edu.br ou protocolizando o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, no seguinte endereço: **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – CAMPUS ALAGOINHAS**, Rua Manoel Romão 155/166, Alagoinhas Velha – Alagoinhas – Bahia – CEP: 48.030.530, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas (§ 1º, do art. 18, do Decreto nº 5.450/05);

11.3. As impugnações deverão ser dirigidas ao(à) Pregoeiro(a), por escrito, firmadas por quem tenha poderes para representar o licitante ou por qualquer pessoa que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade:

11.3.1. não serão aceitas petições de impugnação sem assinatura do licitante.

11.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório que implique modificação no edital, esta será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (§ 2º, do art. 18, do Decreto nº 5.450/05);

11.5. As impugnações intempestivas não serão sequer conhecidas;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

11.6. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Após declarado vencedor, existindo intenção de interpor recurso administrativo, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art. 26 do Decreto nº 5.450/05):

12.1.1. a falta de manifestação eletrônica de intenção de recorrer, no prazo estipulado pelo(a) Pregoeiro(a), importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

12.2. O registro das razões de recurso, bem como das contra-razões, somente será possível por meio eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br);

12.3. É assegurada aos licitantes vista imediata dos autos do pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos administrativos e de contra-razões;

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h e das 14h às 16h30min, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Alagoinhas (75) 3422-6122;

12.5. O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo;

12.6. A decisão do(a) Pregoeiro(a) deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação;

12.7. O acolhimento do recurso administrativo implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento;

12.8. Não serão conhecidos os recursos administrativos interpostos em desacordo com este item do edital.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a) sempre que não houver recurso administrativo;

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) Pregoeiro(a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente;

13.3. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade da proposta ofertada, antes da homologação do certame.

14 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

14.1 Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços com o licitante vencedor, observada a ordem de classificação do item;

14.2 O IF Baiano convocará formalmente o licitante adjudicatário, para assinatura da Ata de Registro de Preços, que terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas:

14.2.1. no ato da convocação será informado, também, o preço unitário que constará da ata.

14.3 Caso um licitante colocado em primeiro lugar seja convocado e não compareça ou se recuse a assinar a Ata de Registro de Preços, o IF Baiano, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital, registrará outro licitante, na ordem de classificação, dos itens;

14.4 O resultado da Ata de Registro de Preços decorrente deste certame será, em qualquer hipótese, publicado na imprensa oficial.

15 – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA VIGÊNCIA

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador (art. 22 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013):

15.1.1. é facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal, conforme § 9º do art. 22 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

15.2. A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame vigorará por 01(um) ano, a partir da data de sua assinatura.

16 – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

16.1 O órgão gerenciador será o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – CAMPUS ALAGOINHAS – UASG: 155891.

16.2. São participantes os seguintes órgãos:

17 – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

17.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93](#) (art. 17 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013);

17.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado (art. 18 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013);

17.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

17.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17.4. O registro do fornecedor será cancelado quando (art. 20 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013):

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/02](#).

17.4.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do **caput** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa (parágrafo único do art. 20 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013).

17.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados (art. 21 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013):

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

18 – DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. A prestação de garantia na forma do art. 56 da Lei nº 8.666/93 não será exigida.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450/05, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais;

19.2. Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caso a adjudicatária venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei nº 8.666/93, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar-se-á as seguintes sanções:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

- a)** advertência (inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93);
- b)** multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total contratual, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação oficial;
- c)** multa de 5% (cinco por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação oficial, ou por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada (inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93);
- d)** suspensão temporária de participar de licitação e contratar com o IF Baiano, pelo prazo de 02 (dois) anos (inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93);
- e)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição (inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93).

19.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d”, “e” e “b” ou “c” poderão também ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que tomar ciência.

20 – DO PAGAMENTO

20.1. pagamento será efetuado após a entrega dos materiais/serviços e a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura pelo licitante vencedor, devidamente atestada pelo setor competente, por meio de Crédito em Conta Corrente da Contratada. O prazo para pagamento será de até 20 (vinte) dias úteis contados a partir da entrega da NF no Setor de Liquidação e Pagamento do *Campus*;

20.2. Para execução do pagamento de que trata este item, a empresa deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano os dados bancários, tais como: Banco, Agência, Conta Corrente e Número do Empenho;

20.3. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL deverá apresentar para cada nota fiscal a devida comprovação (declaração), a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

20.3.1. A Declaração exigida no item acima deve ser apresentada conforme legislação vigente e seus anexos, originais e devidamente assinadas e identificadas, como o nome do Representante Legal, CPF e Cargo ocupado na empresa. Caso o Representante seja Procurador, deve encaminhar documento comprobatório autenticado. A data de emissão deve ser igual a da de emissão da nota fiscal.

20.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo gestor do contrato/almoxarife, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano;

20.5. No caso de eventual atraso de pagamento e mediante pedido da empresa, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data referida neste item, até a data do efetivo pagamento, pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo;

20.5.1. O contratado não deverá invocar o descumprimento, pela Administração, de cláusulas contratuais, para eximir-se do cumprimento de seus encargos em respeito ao princípio da continuidade



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

do serviço público, que veda a paralisação da execução do contrato mesmo diante da omissão ou atraso da Administração no cumprimento das prestações a seu cargo.

20.6. Os pagamentos serão realizados após a comprovação de regularidade da empresa junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta on-line feita pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano ou mediante a apresentação da documentação obrigatória - Receita Federal, FGTS e INSS, Certidões Estadual e Municipal e Certidão Trabalhista, todas devidamente atualizadas;

20.7. Para emissão da Nota Fiscal faz-se necessário observar os dados do “emitente” da Nota de Empenhos e o endereço de entrega do produto/serviço no campo observação;

20.8. Quando o objeto adjudicado for de serviços continuados de Terceirização e Obras de Engenharia, a Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os seguintes documentos:

- a) **da regularidade fiscal e trabalhista**, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;
- b) **comprovantes de pagamento dos salários**, referentes ao mês anterior, juntamente com as cópias das folhas de pagamento ou contracheques e/ou outros documentos equivalentes, com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores;
- c) **comprovantes/guias de recolhimento** da contribuição previdenciária (INSS) do empregador e dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição federal, sob pena de rescisão contratual, observada a obrigatoriedade de fornecer a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos;
- d) **comprovantes/guias de recolhimento do FGTS** dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, referente ao mês anterior;
- e) **comprovante da entrega dos vales alimentação e transporte** aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, sem o que não serão liberados os pagamentos das respectivas faturas;
- f) **comprovante do pagamento do 13º salário** aos empregados, caso haja, alocados na execução dos serviços contratados;
- g) **comprovante da concessão de férias** e correspondente pagamento do adicional de férias aos empregados, caso haja, alocados na execução dos serviços contratados, na forma da Lei;
- h) cópia do **Protocolo de Envio de Arquivos**, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
- i) Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE);
- j) Cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET);
- l) Comprovante de Declaração das contribuições a Recolher à Previdência Social - TOMADOR (GFIP);
- m) Relatório da GRF (GFIP);
- n) Cópia do Cadastro Específico do INSS – CEI em nome da contratada para os casos em que o objeto seja Obras de Engenharia.

20.9. As documentações exigidas no item 20.8 deverão ser apresentadas com a competência do mês imediatamente anterior ao da prestação do serviço. No caso de haver intervalo de meses sem a prestação do serviço, quando do retorno da prestação, deverá entregar também as documentações com a competência do(s) mês(es) do referido interstício.

20.10. A licitante ganhadora do certame, **prestadora de serviços fora do Município deverá efetuar o Registro Auxiliar de Notas Fiscal de Serviços – RANFS**, respeitando o Decreto nº 252 de 26/09/2013, que alterou o regulamento do Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Assim, **todas as empresas prestadoras de serviços sediadas dentro ou fora do Município de Alagoinhas/BA, que prestem serviços em nosso território deverão efetuar o cadastramento eletrônico que é OBRIGATÓRIO**. Site



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

WWW.Alagoinhas.ba.gov.br, em seguida na opção “acesso público”, tendo em mãos o CNPJ e Inscrição Municipal do contribuinte.

21 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação estão previstos no orçamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano relativos ao exercício fiscal de 2018, nos elementos de despesas, programas e fontes de recursos correspondentes às características do objeto da licitação. Cabe destacar, que no caso de aquisições via SRP, este, poderão ser informados posteriormente, tendo em vista a não obrigatoriedade através desta modalidade.

ND –

PT:

Fonte:

22 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

22.1. São obrigações do CONTRATANTE as dispostas no Item 8 do Termo de Referência deste Edital.

23 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1. As obrigações da CONTRATADA estão descritas no Item 9 do Termo de Referência deste Edital.

24 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação;

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente, não previsto neste edital, que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida, mediante comunicação do(a) Pregoeiro(a) e aviso no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, informando nova data e horário;

24.3. O IF Baiano poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, em ato escrito e fundamentado, não gerando, nesse caso, para os licitantes, qualquer direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;

24.4. No caso de alteração deste edital, esta será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta;

24.5. É facultada ao (à) Pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

24.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

24.7. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a);



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal;

24.9. O não atendimento às exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão;

24.10. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes do item 19 deste edital, o lance é considerado proposta;

24.11. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital;

24.12. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão eletrônico constarão da ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízos das demais formas de publicidades previstas na legislação pertinente;

24.13. Por este certame enquadrar-se no Sistema de Registro de Preços é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 (§ 1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/13);

24.14. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação e submetido à autoridade competente para homologação;

24.15. As decisões do (a) Pregoeiro(a) somente serão consideradas definitivas após homologação pela autoridade competente;

24.16. Incorre em crime aquele que impedir, perturbar, descumprir prazos exigidos pelo edital e legislação ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, sujeitando-se às penalidades e sanções previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/05, sem prejuízo das sanções previstas nas demais legislações pertinentes que estejam em vigor;

24.17. O foro de eleição para eventuais demandas judiciais é na Justiça Federal, Seção Judiciária da Bahia;

24.18. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos;

24.19. Cópias do edital e seus anexos serão fornecidos através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;

24.20. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), com base nas disposições das Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e decreto 5.450/05;

24.21. Fazem parte integrante deste edital:

24.21.1. Anexo I – Termo de Referência;

24.21.2. Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços.

24.21.3. Anexo III – Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

24.21.4. Anexo IV – Modelo de Declaração Relativa à proibição de trabalho do menor.

24.21.5. Anexo V – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, ou



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488 de 2007.

Alagoinhas/BA, 09 de Dezembro de 2018.

**RENATO MASCARENHAS
DIRETOR GERAL - ORDENADOR DE DESPESAS**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1 – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação do serviço em Alimentação e Nutrição por meio da operacionalização e do desenvolvimento (SELF SERVICE) de todas as atividades envolvidas na produção e distribuição de refeições, para o almoço, em atendimento aos estudantes e estagiários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *campus* Alagoinhas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste termo de referência e seus anexos.

1.2 O serviço será prestado assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, respeitando a cultura local e com atenção às condições socioambientais.

1.3 O objeto também inclui a higienização das dependências, utensílios e equipamentos utilizados; recursos humanos em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas; e fornecimento dos gêneros alimentícios, móveis, equipamentos, utensílios e materiais de consumo em geral (descartáveis, de higiene e de limpeza), sendo disponibilizadas somente as mesas e as cadeiras para o refeitório.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUAT	P.UNIT
01	<p>Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de fornecimento de refeições, compreendendo também a operacionalização, e logística através de self service, para alunos devidamente matriculados no <i>Campus</i>.</p> <p>Obs1.: Fica o IF Baiano no direito de contratar os itens no todo ou parcelado, ao longo da execução contratual. Quantidade aproximada de alunos que almoçarão diariamente – 140 alunos.</p> <p>Obs2.: A empresa ora contratada, poderá estender a prestação dos serviços aos servidores, terceirizados e visitantes, através do sistema self service. Desde que estes, paguem sua alimentação, sem nenhum ônus ao IF Baiano.</p> <p>Obs3.: Os serviços iniciarão em 06 de fevereiro de 2019 – início do ano letivo.</p>	Und	36.960	R\$ 21,52 (por aluno)
Estimativa anual R\$ R\$ 795.379,20				



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IF Baiano *Campus* Alagoinhas, necessita de serviços de produção e distribuição de refeições de qualidade e de baixo custo, para atender à demanda dos estudantes, servidores, terceirizados, estagiários e visitantes. Este serviço contribui para a saúde e bem-estar da comunidade acadêmica, por fornecer refeições saudáveis e nutricionalmente equilibradas.

2.2. O *campus* Alagoinhas pelo fato de ser uma Unidade de Ensino em fase de implantação, não dispõe do aparelhamento necessário para gerir um serviço próprio de fornecimento alimentar aos seus discentes, tornando-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada no serviço de alimentação e nutrição para o fornecimento de refeições (almoço), como forma de garantir a oferta de ensino gratuito e de qualidade à população, com estímulo à permanência na escola, minimizando-se assim a taxa de evasão escolar.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Serviços contínuos durante o exercício 2019, para fornecimento de alimentação do alunado através de sistema Self Service;

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os itens desse documento deverão ser devidamente fornecidos, de acordo com os dias letivos do *campus* (segunda a sexta-feira), no endereço Rua Manoel Romão, 150, bairro Alagoinhas Velha, Alagoinhas – BA.

4.2. O horário de funcionamento está disposto no quadro abaixo e poderá sofrer modificações de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.

Tipo de refeição	Horário de chegada ao local de distribuição	Horário de distribuição das refeições	Quantidade Diária Prevista
Almoço	11:20h	11:50 às 13:30 h	140

4.2.1. A CONTRATADA deverá chegar ao local de distribuição de refeições da CONTRATANTE no máximo 30 minutos antes do horário de distribuição previsto, respeitando a temperatura e conservação dos alimentos conforme as disposições da RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004 da ANVISA.

4.2.2. A quantidade estimada no quadro anterior refere-se apenas aos estudantes que terão acesso as refeições custeadas pela CONTRATANTE. Caberá a CONTRATADA estimar o quantitativo correspondente a comercialização das refeições do almoço para os demais usuários.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

4.2.3. O quantitativo de refeições solicitadas diariamente pode variar em 10%, para mais ou para menos, ficando a cargo da CONTRATADA arcar com o bônus/ônus de situações onde haja impossibilidade de se antecipar a fatores imprevistos e alheios.

4.3. O almoço deverá estar disposto à clientela, no balcão de distribuição por, no mínimo, 90 (noventa) minutos. Nesse período, todos os requisitos de controle de qualidade devem ser obedecidos, atentando-se ao binômio tempo/temperatura e a qualidade sensorial dos alimentos.

4.4. No que tange a execução dos serviços, se faz pertinente destacar os seguintes pontos:

4.4.1. A CONTRATADA deverá atender a todas as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e todo o processo produtivo das refeições deverá obedecer aos critérios estabelecidos em legislações específicas da área, de acordo com a Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle - APPCC e Boas Práticas de Fabricação – BPF (Portaria MS nº 1428/1993, Portaria MS nº 326/1997, RDC nº 275/2002, RDC nº 216/2004) e Procedimentos Operacionais Padronizados–POP (RDC nº 275/2002 da Anvisa);

4.4.2. Todas as atividades relativas à produção de refeições, a saber: aquisição, recebimento e armazenamento de gêneros; pré-preparo, preparo, transporte e distribuição das refeições; higienização dos utensílios, dos equipamentos e do ambiente; elaboração e aplicação do Manual de Boas Práticas e dos Procedimentos Operacionais Padronizados; seletividade e guarda dos resíduos; bem como o acondicionamento e descarte dos dejetos, contratação, administração de pessoal e controle administrativo das tarefas deverão ser exercidos pela CONTRATADA;

4.4.3. As refeições do almoço serão distribuídas aos estudantes do integrado, devidamente identificados por fichas de controle, serão custeados pela CONTRATANTE. Aos demais estudantes do *campus*, servidores, prestadores de serviços terceirizados, estagiários e visitantes do IF Baiano *campus* Alagoinhas, no almoço, a refeição será comercializada na modalidade a quilo.

4.4.4. É vedada a comercialização no refeitório de quaisquer produtos que não sejam as refeições previstas neste Termo de Referência;

4.4.5. Faz parte dos serviços da CONTRATADA zelar pela conservação, boa aparência e higiene de todas as áreas do refeitório, cumprindo os padrões exigidos pela legislação sanitária, inclusive na aquisição de todo e qualquer material de limpeza e produtos descartáveis.

4.5. Com relação ao quadro de pessoal, a CONTRATADA deverá:

4.5.1. Manter o quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo, de modo a cumprir plenamente as obrigações contratuais assumidas, conforme determinação legal, e em número suficiente para suprir a quantidade de refeições produzidas e atender ao desenvolvimento de todas as atividades descritas neste Termo de Referência;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

4.5.2 Manter em seu quadro de pessoal local um empregado habilitado para representá-la junto a CONTRATANTE, devendo delegar a este representante amplo poder para a resolução dos problemas verificados no serviço ou mesmo apontados pela CONTRATANTE;

4.5.3 **Manter um empregado responsável pela coleta do pagamento de refeições e controle de entrada do refeitório, sem que o mesmo tenha contato com os alimentos;**

4.5.4. Promover capacitação das equipes operacional, administrativa e técnica da CONTRATADA no início da realização da prestação dos serviços e toda vez que houver substituição ou nova contratação de funcionário, abordando no mínimo os seguintes temas: contaminantes alimentares; doenças transmissíveis por alimentos (DTA); boas práticas de manipulação de alimentos; higiene pessoal e ambiental; técnicas culinárias; manuseio de equipamentos; prevenção de acidentes de trabalho, bem como apresentar cronograma para as demais capacitações ao longo da prestação dos serviços. A carga horária mínima de cada curso deverá ser de 20 horas e deverá ser realizada a cada 06 meses.

4.5.5. Comunicar a CONTRATANTE a realização de testes com funcionários em período de experiência, bem como identificar, acompanhar e orientar adequadamente os mesmos. Ressalte-se que nesse período, os avaliados deverão ser excedentes ao quadro fixos de funcionários;

4.5.6. Manter o padrão de qualidade e uniformidade da alimentação e do serviço, independente das escalas de serviços adotadas e de absenteísmo;

4.5.7. Manterá, por conta própria, os custos relacionados com o transporte, alimentação e segurança dos seus funcionários, bem como as responsabilidades trabalhistas, previdenciárias e fiscais dos mesmos;

4.5.8. Realizar, as suas expensas, exames periódicos de saúde de seus funcionários, inclusive exames específicos de acordo com as normas vigentes, a fim de que seu quadro de pessoal permaneça em condições de saúde compatíveis com suas atividades;

4.5.9. Providenciar que seus funcionários atendam ao padrão de higiene recomendado pela legislação vigente, devendo os mesmos apresentar-se sem bigode, barbeados, com cabelos protegidos e unhas aparadas, sendo vedado o uso de esmalte nas unhas, além de brincos, colares, pulseiras, relógios e outros adornos, bem como de telefone celular e fones de ouvido durante a execução do serviço;

4.5.10. Entregar a seus funcionários, por sua conta, no mínimo duas mudas de uniforme novo e EPI de acordo com a função a ser desempenhada;

4.5.11. Apresentar um documento anual comprobatório na área de Assessoria Nutricional, realizado por um profissional Nutricionista devidamente habilitado.

4.6. Com relação ao cardápio, são dispostas as seguintes observações:

4.6.1. O cardápio será elaborado mensalmente pela CONTRATANTE, sendo entregue previamente a CONTRATADA para melhor execução do serviço, conforme modelo em ANEXO.

4.6.2. A CONTRATADA deverá atender integralmente ao cardápio proposto, atentando-se a composição básica como é mostrado abaixo:

ALMOÇO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS

Salada
Guarnição
Arroz
Feijão
Prato principal
Sobremesa

4.6.3. A CONTRATADA deverá atentar-se ainda ao quantitativo e forma de preparo das refeições, bem como outras especificações técnicas demonstradas nos Quadros 1 e 2

Quadro 1 – Descrição da composição do cardápio da refeição do almoço, detalhamento dessa composição e suas respectivas quantidades *per capita*.

COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO	DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO	QUANTIDADE PRONTA <i>PER CAPTA</i> (g ou ml)
Saladas cruas e cozidas	Contendo pelo menos três tipos de hortaliças, sendo uma delas folhosa. Pode ser acrescido ainda de um tipo de fruta. Sem uso de maionese ou molho pronto.	90g
Prato principal a base de carnes (bovina, suína, aves, peixes, embutidos ou vísceras)	Carnes (grelhados e assados)	150 a 180g
	Cozidas (ensopado, escaldado moquecas, etc.)	180 g
	Empanados com molho/Preparações com massas ou a base de ovos (frigideira e omelete)	160 a 180 g
Guarnição	Legumes cozidos, grelhados, purê ou suflê	90 g
	Massas cozidas com molhos variados (alho e óleo, pomodoro, bolonhesa, branco, dentre outros)	120 g
	Farofa preparada a base de farinha de mandioca e outros ingredientes	80 g
	Pirão e vatapá preparados a base de farinha	100 g



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS

	de mandioca e de trigo	
Acompanhamentos (arroz e feijão)	Arroz branco ou parabolizado	120 g
	Arroz Especial (a grega, com legumes, com lentilha, dentre outros)	150 g
Feijão	Feijão (Carioquinha, Preto, Branco e Fradinho)	120 g
	Feijão tropeiro	150 g
Tempero para salada	Vinagre de maçã, azeite e pimenta em forma de molho	10ml
Sobremesa	Frutas variadas, inteiras ou em fatias	100 a 120g
	Doce em pasta caseiro, compotas, gelatinas.	34 a 70g

4.6.4. A CONTRATADA, no momento da distribuição das refeições, deverá porcionar, para cada estudante do curso integrado ao ensino médio, as preparações proteicas correspondentes ao prato principal de acordo com a quantidade estabelecida pela CONTRATANTE, bem como a sobremesa, utilizando o seu próprio quadro de pessoal compatível para a execução desse serviço.

4.6.5. O estudante poderá escolher, dentro da preparação proteica, entre o prato principal comum ou a preparação vegetariana.

4.6.6. Para os demais estudantes, servidores, prestadores de serviços terceirizados, estagiários e visitantes que irão usufruir do almoço de forma comercial (a Quilo), não se faz necessário porcionar o prato principal e a sobremesa.

4.6.8. Caso haja modificações no cardápio proposto pela CONTRATANTE, estas deverão ser informadas imediatamente e oficialmente a responsável técnica da CONTRATANTE, especificando os motivos pertinentes. Tais modificações dependerão do parecer da responsável técnica.

4.6.9. Cabe ressaltar que é de inteira responsabilidade da CONTRATADA a aquisição de matérias-primas de qualidade para produção das refeições, conforme legislação da ANVISA. Algumas observações, em relação à qualidade para aquisição da matéria-prima, podem ser observadas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Padrão de qualidade para aquisição de gêneros alimentícios

GÊNERO ALIMENTÍCIO	RECOMENDAÇÃO TÉCNICA
Água	A água utilizada para o preparo de alimentos deverá ser filtrada ou mineral.
Arroz e Feijão	Apenas os classificados como tipo 1 e devidamente embalado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS

Aves	Resfriadas ou congeladas, devidamente limpas, isentas ao máximo de gorduras aparentes. O fornecimento para esses gêneros deve ser de empresas idôneas, devidamente registrados nos Órgãos Fiscalizadores. Deverão ser armazenados conforme indica a legislação.
Azeite	Os azeites deverão ser de boa qualidade. Poderão ser puros de oliva ou misturados com óleos vegetais nobres, onde a incidência do primeiro não poderá ser inferior a 40%.
Carne bovina	Resfriadas ou congeladas, devidamente limpas, isentas de nervuras e gorduras aparentes. O fornecimento para esses gêneros deve ser de frigoríficos idôneos, devidamente registrados nos Órgãos Fiscalizadores. Deverão ser armazenados conforme indica a legislação.
Carne suína	Congeladas, devidamente limpas, isentas de nervuras e gorduras aparentes. O fornecimento para esses gêneros deve ser de frigoríficos idôneos, devidamente registrados nos Órgãos Fiscalizadores. Deverão ser armazenados conforme indica a legislação.
Cereais, Farináceos e Leguminosas	Não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos. As latas não devem apresentar vazamentos nas tampas, formação de espumas ou qualquer outro sinal de alteração do produto.
Descartáveis	Deverão ser confeccionados com materiais resistentes e de fácil manuseio, obedecendo as normas técnicas regulamentares, isentos de materiais estranhos, rachaduras, deformações, arestas, embalados higienicamente conforme a sua característica e devidamente acondicionadas conforme orientação do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e qualidade.
Hortifruti- granjeiros	Observar as características de tamanho, cor, odor, grau de maturação, ausência de danos físicos e mecânicos. Respeitar a sazonalidade. Não devem apresentar vestígios de insetos. Os ovos devem estar em caixas protegidas por bandejas, tipo gaveta, apresentando a casca íntegra, sem rachaduras e sem resíduos que indiquem a falta de higiene do fornecedor. Para as frutas, hortaliças, legumes e verduras, principalmente as que forem servidas cruas, deverão ser desinfetadas com produto adequado a este fim.
Massas	Devem ter embalagens íntegras, dentro do prazo de validade, boas condições sensoriais e ausência de fungos.
Peixes	Congelados ou resfriados, com características físicas químicas compatíveis ao consumo, livre de escamas ou outras sujidades. Uso apenas do filé para as preparações.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

4.6.10. A CONTRATADA deverá coletar uma amostra das preparações (até 300g por alimento), para controle de qualidade dos alimentos.

4.6.11. A CONTRATADA deverá fornecer carnes magras preparadas com técnicas de preparo saudáveis (cozidas, assadas ou grelhadas) e com o mínimo de gordura adicional.

4.6.12 O uso de temperos industrializados no preparo das refeições deve ser evitado. Devem ser utilizados temperos naturais, como por exemplo: alho, cebola, louro, coentro, cebolinha.

4.6.13. A quantidade de sal, açúcar refinado e óleo de soja utilizada nas preparações deverá ser a menor possível.

4.6.14. A frequência de alimentos do cardápio poderá sofrer modificações de acordo com as características e preferências da população atendida e será reavaliada periodicamente pela equipe de Nutrição da CONTRATANTE.

4.7. No que se refere ao transporte das refeições até o local de distribuição, apresenta-se as seguintes recomendações:

4.7.1. **As preparações elaboradas na sede da CONTRATADA deverão ser devidamente transportadas até o local de distribuição da CONTRATANTE, utilizando-se de caixas isotérmicas, ou isobox, para manutenção da temperatura adequada dos alimentos quentes e resfriados.** Os recipientes que estarão contidos nas caixas isotérmicas deverão estar devidamente tampados e/ou lacrados, de modo a impedir possíveis contaminantes. As preparações quentes não estarão contidas nas mesmas caixas isotérmicas que as preparações resfriadas.

4.7.2. O veículo a ser utilizado para o transporte das refeições deverá atender as especificações técnicas da legislação vigente citada nesse Termo de Referência.

4.7.3. Os funcionários que realizarão o transporte deverão estar devidamente uniformizados, paramentados e assados.

4.7.4. O recebimento do objeto deverá ser realizado por pessoal responsável designada pelo IF Baiano, mediante conferência de volumes e verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta;

4.8. Na distribuição das refeições, os pontos a serem considerados são:

4.8.1 O acesso ao refeitório dos estudantes cuja a refeição será custeada pela CONTRATANTE serão controlados pela CONTRATANTE, através da identificação pelo uso da carteirinha e entrega de fichas para controle e identificação desses usuários.

4.8.2. O acesso ao refeitório aos demais estudantes não citados no item anterior, servidores, prestadores de serviços terceirizados, estagiários e visitantes, que usufruirão do almoço de modo comercial (a Quilo), serão controlados pela CONTRATADA.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

4.8.3. As refeições serão servidas em pratos de vidro ou porcelana contidos em bandejas individuais de polietileno, acompanhado de talheres de inox esterilizados e devidamente embalados.

4.8.4 A distribuição das refeições ocorrerá no refeitório, utilizando-se obrigatoriamente de balcões de distribuição quente, com aquecimento tipo banho-maria ou a seco; balcão refrigerado; balcão de apoio; distribuidores de líquidos; bandejas; pratos, talheres, guardanapos e copos descartáveis. As refeições serão servidas no sistema de semi-autoatendimento, sendo o prato principal e a sobremesa do almoço porcionados por funcionário da CONTRATADA.

4.8.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar no refeitório, em local de fácil acesso aos usuários, o azeite, vinagre e a pimenta.

4.8.10 Os materiais descartáveis necessários para distribuição (copos, embalagens para sobremesa, guardanapos, entre outros) deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, para atender a demanda dos usuários.

4.8.11. As refeições deverão ser distribuídas por funcionários da CONTRATADA em número compatível para o bom desempenho dos serviços, executando todas as tarefas inerentes ao objeto deste Termo de Referência.

4.9. Quanto ao controle de qualidade de alimentos, a CONTRATADA deverá:

4.9.1. Manter todas as áreas que envolvem o serviço de Alimentação e Nutrição no mais rigoroso padrão de higiene e limpeza; utilizar detergentes com alto poder bactericida e ação fungicida, adequados à natureza dos serviços, tanto para obter a ampla higienização dos equipamentos, utensílios do refeitório, quanto para higiene pessoal dos empregados.

4.9.2. Evitar o uso de panos de prato. Deverão ser utilizados panos descartáveis para limpeza de bancadas, equipamentos, móveis e utensílios.

4.9.3. Deverá armazenar os utensílios utilizados na distribuição das refeições nas acomodações do refeitório, devidamente higienizados, devendo atentar-se a legislação sanitária vigente.

4.9.3. Estabelecer e apresentar à CONTRATANTE os critérios e a forma de controle de qualidade de alimentos praticados, tanto no local de produção e armazenamento dos gêneros, como também no local de distribuição das refeições (o refeitório). São eles, minimamente: limpeza e desinfecção de móveis utensílios e equipamentos; controle integrado de vetores e pragas urbanas; higienização do reservatório de água; controle de saúde dos manipuladores; capacitação periódica de manipuladores; todos esses com devido registro em planilhas. Além disso, é necessário que se faça o controle de temperatura dos alimentos preparados e servidos.

4.9.4. Realizar controle integrado de vetores e pragas urbanas de acordo com o estabelecido na RDC nº216 de 2004.

4.9.5. Caso seja necessário, o controle químico de vetores e pragas deverá ser realizado por empresa especializada, conforme legislação específica. O controle químico deverá ser realizado impreterivelmente em fins de semana, feriados ou recessos acadêmicos.

4.9.6. Responsabilizar-se pela execução e o controle de desinsetização e desratização, no local de armazenamento e produção de refeições, bem como dizimação de pragas dos locais onde são armazenados, produzidos e distribuídos os alimentos, em intervalo máximo de seis meses, devendo ser mantidos os registros da operação e documentação, certificando a execução do serviço, respeitando dos preceitos legais. Esta periodicidade poderá ser alterada caso haja a ocorrência de algum incidente que possa pôr em risco a qualidade do serviço.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

4.9.10. Implantar o Manual de Boas Práticas e, no mínimo, os seguintes Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's): Higienização de instalações, equipamentos e móveis; Controle integrado de vetores e pragas urbanas; Higienização do reservatório de água; Higiene e saúde dos manipuladores.

4.9.11. Deverá manter limpas, durante todo o tempo, todas as dependências do refeitório.

4.9.12. O manuseio dos alimentos e as preparações deverão obedecer ao Manual de Boas Práticas, à Resolução RDC nº216 de 15/09/2004 da ANVISA e outras legislações já citadas nesse Termo de Referência.

4.9.13. Deverão ser oferecidas refeições com boa qualidade nutricional, organoléptica e microbiológica.

4.9.14. A qualidade nutricional e organoléptica dos alimentos oferecidos será constantemente avaliada pela CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA deverá atender a qualquer solicitação referente à mesma.

4.9.15. Os produtos alimentícios utilizados no preparo das refeições deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde – MS e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

4.9.16. A CONTRATADA deverá preparar as refeições com produtos de boa qualidade, dentro do período de validade e das melhores condições de higiene e técnicas culinárias, sendo vedado o reaproveitamento de qualquer gênero alimentício ou preparação.

4.9.17. Deverão ser descartadas, diariamente, até o final de cada refeição, as preparações não servidas.

4.9.18. Ficará vedada a reutilização de sobras para outras refeições, mesmo que seja em horário diferente do ofertado.

4.9.19. Os funcionários envolvidos nos processos de produção de alimentos deverão ser capacitados rotineiramente sobre a aplicação e o cumprimento do Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados.

4.9.20. Todos os requisitos legais preconizados para a garantia do controle higiênico-sanitário na produção e distribuição de refeições deverão ser seguidos pela CONTRATADA, os quais serão supervisionados pela CONTRATANTE, a partir dos instrumentos de controle do processo produtivo.

4.10. No que diz respeito ao pagamento das refeições, os valores serão pagos pelos usuários na modalidade em espécie ou com uso do cartão de débito/crédito, sendo pertinente que a CONTRATADA disponha de mecanismo necessário para aceitação das formas de pagamento citadas.

5. UNIFORMES

Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus funcionários deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, observando o disposto nos itens seguintes:

5.1.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- a. Calçado totalmente fechado com solado antiderrapante para manipuladores de alimentos;
- b. Camisa e calça de cores claras para os manipuladores de alimentos;
- c. Avental confeccionado em tecido apropriado a essa finalidade;
- d. Touca para proteção dos cabelos;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

e. Luvas, quando necessário.

5.1.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- a) Tecido de algodão natural e poliéster, cor clara, fácil de higienizar e passar;
- b) Toucas descartáveis;
- c) Luvas descartáveis para manipulação de alimentos e luvas plásticas para limpeza pesada.

5.2 Não será permitido o uso de “bonés” como proteção para cabelos, bem como o uso de calças jeans como uniforme, exceto na função de caixa ou atendimento. Todas as pessoas que trabalham no refeitório deverão utilizar vestuário adequado à natureza do serviço; sendo expressamente vedado a todos os que trabalham no refeitório o uso de chinelos, sandálias, bermudas, camisas sem manga, entre outras proibições das normas sanitárias.

5.2.1. Para todos os funcionários do refeitório será exigido o uso de calçados fechados.

5.3. A empresa deve dispor, em local de fácil acesso, de equipamentos de proteção individual (EPI), limpos e em bom estado de conservação, em número suficiente e em tamanhos adequados, considerando-se o quadro de funcionários e visitantes e as atividades desenvolvidas no local. É obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). É vedado o uso de panos ou sacos plásticos para proteção do uniforme. Nenhuma peça do uniforme deve ser lavada dentro do refeitório.

6. DA LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

6.1. A CONTRATADA, para devido cumprimento dos pontos relacionados ao serviço de alimentação e nutrição estabelecidos nesse processo, deverá atender às legislações abaixo especificadas e as que, por ventura, vierem substituí-las:

6.1.1. Do Ministério da Saúde, da Secretaria de Vigilância Sanitária - ANVISA (Portaria 1428, de (26/11/93), Regulamento Técnico sobre Inspeção Sanitária, Boas Práticas de Produção e/ou Prestação de Serviços e Padrão de Identidade e Qualidade na área de Alimentos.

6.1.2. Do Ministério da Saúde, da Secretaria de Vigilância Sanitária (Portaria SVS nº 326, de 30 de julho de 1997), Regulamento Técnico sobre “Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos”, Brasília - DF, DOU 01/08/1997.

6.1.3. Da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 275, de 21/10/02. Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores de Alimentos. Brasília – DF, DOU de 23/10/2002.

6.1.4. Da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília – DF, DOU de 16/09/2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS

6.1.5. Da Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14701. Transporte de Produtos Alimentícios Refrigerados – Procedimentos e Critérios de Temperatura, de maio de 2001.

6.1.6. Demais legislações que venham a ser promulgadas pelo Poder competente, e que tenham relação com o Objeto deste Edital, durante a vigência do Contrato.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. A CONTRATADA utilizará as instalações do refeitório do *Campus* Alagoinhas para fornecer as refeições aos estudantes, organizará adequadamente os utensílios de trabalho, planejará a rotina de todas as atividades pertinentes a distribuição das refeições, planejará a limpeza e higienização dos utensílios, além de adquirir, armazenar e disponibilizar todos os materiais necessários ao fornecimento das refeições.

7.2. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas a seguir estabelecidas, promovendo sua devida substituição quando necessário:

Quadro 8 – Descrição dos materiais/equipamentos a serem provisionados pela Contratada, com sua respectiva quantidade.

MATERIAL/ EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Balança digital eletrônica	01 und
Balcão térmico aquecido	01 und
Balcão térmico refrigerado	01 und
Cubas para o balcão térmico	Suficiente para atendê-los
Refresqueira 2 cubas	01 und
Bandejas lisas	Suficiente para a quantidade de comensais
Prato em louça	Suficiente para a quantidade de comensais
Garfo em aço inox	Suficiente para a quantidade de comensais
Colher em aço inox	Suficiente para a quantidade de comensais
Faca em aço inox	Suficiente para a quantidade de comensais
Recipiente para sobremesa (pratos ou vasilhas em plástico lavável)	Suficiente para a quantidade de comensais
Conchas, pegadores e colheres de servir em aço inox	Suficiente para distribuição adequada das preparações
Galheteiros	2 und
Recipiente para molho de pimenta	1 und
Caixas isotérmicas (<i>isobox</i>)	2 und
Vasilha plástica com tampa 37 litros	8 und
Vasilha plástica com tampa 24 litros	4 und
Guardanapo	Reposição diária
Material de limpeza	Reposição diária
Touca e luvas descartáveis	Reposição diária
Vassoura	01 und
Pá de lixo	01 und
Cestos de lixo com acionamento por pedal -100 litros	02 und



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

7.3. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar e instalar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias, promovendo sua substituição quando necessário.

7.4. O controle e manutenção destes materiais/ equipamentos fica sob a responsabilidade da CONTRATADA.

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato e recebimento da nota de empenho, conforme solicitações emitidas pelo *Campus Alagoinhas*, na forma estabelecida neste Termo de Referência;

8.2. Em conformidade com o art. 74, I, da Lei nº 8.666, de 1993, o recebimento provisório está dispensado;

8.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos ou refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado:

8.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere este subitem não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DA VISTORIA

9.1. Para o objeto deste Termo de Referência, não será exigida vistoria.

9.2. Fica facultado aos interessados em participar da licitação, vistoriar o local onde será executado o serviço de distribuição de refeições, mediante agendamento prévio com a CONTRATANTE, tomando conhecimento de todas as condições e peculiaridades inerentes à prestação dos mesmos, ocasião onde serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhum tipo de cobrança posterior por desconhecimento das condições previstas no processo.

9.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

10.2. Responsabilizar-se pela confecção do cardápio, conforme modelo anexado ao final do projeto, bem como a necessidade em realizar possíveis alterações.

10.3. Realizar no ato da chegada da CONTRATADA ao local de distribuição a averiguação e validação das porções requisitadas e da adequação ao cardápio proposto, bem como o monitoramento da temperatura das preparações.

10.4. Monitorar coleta das amostras pela CONTRATADA, previamente a distribuição das refeições, para realização do controle de qualidade das preparações.

10.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.6. Notificar a CONTRATADA **por escrito** da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.7. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

10.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal ou Fatura fornecida pela CONTRATADA;

10.9. Realizar pesquisa de preços periodicamente, **em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias**, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata;

10.10. Receber o material de acordo com as especificações descritas neste documento, rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contratado;

10.11. Ter pessoal disponível para o recebimento do material no horário previsto neste documento.

10.12. Comunicar, com, no máximo, duas horas de antecedência a CONTRATADA, uma possível alteração no quantitativo das refeições a serem ofertadas, diante de alguma eventualidade.

10.13. Prestar informações e esclarecimentos a CONTRATADA em tempo hábil.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua Proposta de Cardápio, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

- 11.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;
- 11.7. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 11.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;
- 11.9. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 11.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 11.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.12. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

11.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.17. Entregar as refeições devidamente acondicionadas e em perfeitas condições de consumo;

11.18. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

11.19. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;

14.2. O representante do CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

14.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

14.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

14.7. O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação;

14.10. A fiscalização de que trata a cláusula 10 deste Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.1.6. não manter a proposta.

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

15.2.2. multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total contratual, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação oficial;

15.2.3. multa de 5% (cinco por cento) no caso inexecução parcial do contrato recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação oficial, ou por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada (inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93);:

15.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

15.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

15.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observado o princípio da proporcionalidade;

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

ANEXO

MODELO DE CARDÁPIO SEMANAL PROPOSTO PARA O ALMOÇO

REFEIÇÃO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
Almoço	Salada: Alface, couve, passas e cenoura ralada. Guarnição: farofa com banana da terra Arroz com salsa Feijão preto Prato principal: Isca de frango Sobremesa: Goiaba	Salada: verduras do cozido Guarnição: Pirão Arroz Branco Feijão carioca Prato principal: Cozido (carne cozida) Sobremesa: Tangerina	Salada: Alface, tomate, cenoura e beterraba Guarnição: Macarrão ao molho de tomate Arroz com cebolinha Feijão carioca Prato principal: filé de frango grelhado Sobremesa: maçã	Salada: Acelga, rúcula e manga Guarnição: Purê de batata Arroz com brócolis Feijão tropeiro Prato principal: Bife ao molho madeira Sobremesa: Banana	Salada: Quiabo (Caruru) Guarnição: Vatapá Arroz branco Feijão fradinho Prato principal: Xinxim de frango Sobremesa: Laranja

1.3. A aquisição tem valor total anual estimado em R\$ 795.379,20 (seiscentos e noventa e cinco mil e trezentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

1.4. Constatado desconformidade do produto, o fornecedor será convocado para substituição do produto



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

contestado no prazo máximo de 1 (uma) hora, a contar da convocação do IF Baiano, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

1.4.1. O prazo para início dos serviços será em 06 de Fevereiro de 2019, após o fornecimento da nota de empenho e solicitação do IF BAIANO – CAMPUS ALAGOINHAS;

2 – JUSTIFICATIVA DO OBJETO

2.1. A aquisição do objeto deste certame faz-se necessária:

- a) O *Campus* Alagoinhas, pelo fato de ser uma Unidade de Ensino em fase de implantação, não dispõe do aparelhamento necessário para gerir um serviço próprio de fornecimento alimentar aos seus discentes, tornando-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada no serviço de alimentação e nutrição para o fornecimento de refeições (almoço), como forma de garantir a oferta de ensino gratuito e de qualidade à população, com estímulo à permanência na escola, minimizando-se assim a taxa de evasão escolar.

3 – DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

3.1. Os serviços expostos no termo de referência deverão ser entregues, conforme demandas do *campus* de Alagoinhas, situado no endereço Rua Manoel Romão, 166/150, Bairro: Alagoinhas velha/BA. CEP: 48.030-530.

4 – DA HABILITAÇÃO

4.1. Conforme art. 4º inciso XIII da Lei nº 10.520/02, a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira.

5 – DA FONTE DE RECURSOS

5.1. As despesas com a execução da presente licitação correrá por conta do orçamento do IF Baiano, que será informado posteriormente, tendo em vista a não obrigatoriedade no caso de SRP – Sistema de Registro de Preço.

ND –

PT:

Fonte:

6 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450/05, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

cominações legais;

6.2. Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caso a adjudicatária venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei nº 8.666/93, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar-se-ão as seguintes sanções:

- a)** advertência (inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93);
- b)** multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total contratual, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação oficial;
- c)** multa de 5% (cinco por cento) no caso inexecução parcial do contrato recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação oficial, ou por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada (inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93);
- d)** suspensão temporária de participar de licitação e contratar com o IF Baiano, pelo prazo de 02 (dois) anos (inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93);
- e)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição (inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93).

6.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d”, “e” e “b” ou “c” poderão também ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que tomar ciência.

7 – DO PAGAMENTO

7.1. pagamento será efetuado após a entrega dos materiais e a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura pelo licitante vencedor, devidamente atestada pelo setor competente, por meio de Crédito em Conta Corrente da Contratada. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis contados a partir da entrega da NF no Setor de Liquidação e Pagamento do *Campus*;

7.2. Para execução do pagamento de que trata este item, a empresa deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano os dados bancários, tais como: Banco, Agência, Conta Corrente e Número do Empenho;

7.3. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL deverá apresentar para cada nota fiscal a devida comprovação (declaração), a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

7.3.1. A Declaração exigida no item acima deve ser apresentada conforme legislação vigente e seus anexos, originais e devidamente assinadas e identificadas, como o nome do Representante Legal, CPF e Cargo ocupado na empresa. Caso o Representante seja Procurador, deve encaminhar documento comprobatório autenticado. A data de emissão deve ser igual a da de emissão da nota fiscal.

7.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo gestor do contrato/almoxarife, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano;

7.5. No caso de eventual atraso de pagamento e mediante pedido da empresa, o valor devido será atualizado



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

financeiramente desde a data referida neste item, até a data do efetivo pagamento, pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo;

7.5.1. O contratado não deverá invocar o descumprimento, pela Administração, de cláusulas contratuais, para eximir-se do cumprimento de seus encargos em respeito ao princípio da continuidade do serviço público, que veda a paralisação da execução do contrato mesmo diante da omissão ou atraso da Administração no cumprimento das prestações a seu cargo.

7.6. Os pagamentos serão realizados após a comprovação de regularidade da empresa junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta on-line feita pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano ou mediante a apresentação da documentação obrigatória - Receita Federal, FGTS e INSS, Certidões Estadual e Municipal e Certidão Trabalhista, todas devidamente atualizadas;

7.7. Para emissão da Nota Fiscal faz-se necessário observar os dados do “emitente” da Nota de Empenhos e o endereço de entrega do produto/serviço no campo observação;

7.8. Quando o objeto adjudicado for de serviços continuados de Terceirização e Obras de Engenharia, a Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os seguintes documentos:

- a) **da regularidade fiscal e trabalhista**, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;
- b) **comprovantes de pagamento dos salários**, referentes ao mês anterior, juntamente com as cópias das folhas de pagamento ou contracheques e/ou outros documentos equivalentes, com as respectivas assinaturas dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, atestando o recebimento dos valores;
- c) comprovantes/**guias de recolhimento** da contribuição previdenciária (INSS) do empregador e dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição federal, sob pena de rescisão contratual, observada a obrigatoriedade de fornecer a relação nominal dos empregados a que se referem os recolhimentos;
- d) comprovantes/**guias de recolhimento do FGTS** dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, referente ao mês anterior;
- e) comprovante da entrega **dos vales alimentação e transporte** aos empregados alocados na execução dos serviços contratados, sem o que não serão liberados os pagamentos das respectivas faturas;
- f) comprovante do **pagamento do 13º salário** aos empregados, caso haja, alocados na execução dos serviços contratados;
- g) comprovante **da concessão de férias** e correspondente pagamento do adicional de férias aos empregados, caso haja, alocados na execução dos serviços contratados, na forma da Lei;
- h) cópia do **Protocolo de Envio de Arquivos**, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
- i) Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (**RE**);
- j) Cópia da Relação de Tomadores/Obras (**RET**);
- l) Comprovante de Declaração das contribuições a Recolher à Previdência Social - TOMADOR (GFIP);
- m) Relatório da GRF (GFIP);
- n) Cópia do Cadastro Específico do INSS – CEI em nome da contratada para os casos em que o objeto seja Obras de Engenharia.

7.9. As documentações exigidas no item 7.8 deverão ser apresentadas com a competência do mês imediatamente anterior ao da prestação do serviço. No caso de haver intervalo de meses sem a prestação do serviço, quando do retorno da prestação, deverá entregar também as documentações com a competência do(s) mês(es) do referido interstício.

7.10. A licitante ganhadora do certame, **prestadora de serviços fora do Município de Alagoinhas** deverá efetuar o Registro



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

Auxiliar de Notas Fiscal de Serviços – RANFS, respeitando o Decreto nº 252 de 26/09/2013, que alterou o regulamento do Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Assim, **todas as empresas prestadoras de serviços sediadas dentro ou fora do Município de Alagoinhas/BA, que prestem serviços em nosso território deverão efetuar o cadastramento eletrônico que é OBRIGATÓRIO**. Site WWW.alagoinhas.ba.gov.br, em seguida na opção “acesso público”, tendo em mãos o CNPJ e Inscrição Municipal do contribuinte.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Compete ao IF Baiano:

- 8.1.1.** permitir acesso dos empregados da licitante adjudicada nas dependências do IFBaiano, propiciando facilidades indispensáveis para a entrega dos materiais;
- 8.1.2.** prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da adjudicada;
- 8.1.3.** indicar representante, com plenos poderes, para responder às solicitações da Contratada, inclusive rejeitar os materiais que não atendam à qualidade exigida pelo IF Baiano, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 8.1.4.** atestar as faturas correspondentes, por intermédio do servidor responsável pelo acompanhamento do processo;
- 8.1.5.** efetuar o pagamento à empresa, de acordo com a forma e prazo estabelecidos;
- 8.1.6.** realizará o recebimento do objeto por pessoal responsável designada pelo IF Baiano, mediante conferência de volumes e verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta;
- 8.1.7.** realizará, sem agendamento prévio, visitas técnicas a sede da contratada, para avaliar o cumprimento da legislação sanitária, quantas vezes julgar necessário;
- 8.1.8.** informará a Contratada quando houver intercorrências relacionadas ao serviço contratado, fazendo registro no Livro de Ocorrências;
- 8.1.9.** comunicará, até às 9:30 do dia da refeição a contratada, a necessidade em reduzir o quantitativo previsto diante de alguma eventualidade;
- 8.1.10.** prestará informações e esclarecimentos a contratada em tempo hábil;

9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Compete ao Fornecedor:

- 9.1.1.** entregar o objeto adjudicado conforme especificações e prazos estipulados neste Termo de Referência;
- 9.1.2.** ser responsável, em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

serviços, tais como: salários, encargos previdenciários, seguro acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale transporte, e outras que por ventura venham a ser criadas e exigidas em lei;

9.1.3. assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da contratante;

9.1.4. responsabilizar-se pelos ônus e encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, bem como pelo cumprimento da legislação que rege suas atividades, não existindo, portanto, vínculo empregatício de qualquer natureza, entre seus empregados e a Contratante;

9.1.5. manter seus empregados devidamente identificados por crachá, utilizando todos os EPI's necessários para o desempenho da função quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatório à boa ordem e as normas disciplinares do Contratante ou ao interesse do serviço público;

9.1.6. arcar com despesas decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na entrega do objeto contratado;

9.1.7. em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto contratado, sem prévia autorização do Contratante;

9.1.8. não transferir a outrem, no todo ou em parte o fornecimento do item adquirido, sem prévia e expressa anuência do IF Baiano;

9.1.9. Responder por quaisquer danos causados diretamente ou indiretamente ao IF Baiano ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na entrega do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, mesmo que não haja fiscalização ou o acompanhamento da instituição;

9.1.10. Comunicar qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

9.1.11. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da instituição, quando dentro do recinto deste órgão e arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticados quando de eventual entrega de materiais objeto deste Termo de Referência;

9.1.12. Face à operacionalização do sistema SIAFI, para efetivação da Nota de Empenho, os preços totais cotados deverão ser divisíveis pela unidade de fornecimento;

9.1.13. Manter o cadastro SICAF da empresa atualizado, sendo este, condição indispensável ao pagamento de Notas Fiscais e ou Faturas apresentadas;

9.1.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação previstas no edital;

9.1.15. Deve apresentar com no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência os cardápios a serem executados no mês subsequente, conforme padrão contratado para aprovação em tempo hábil pelo fiscal do IF



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

Baiano. Só será permitido preparações fritas 2x vezes no mês. As preparações devem conter o teor mínimo ou zero de gordura no seu interior;

9.1.16. Seguirá o cardápio escolhido pelo IF Baiano, dentro das quantidades e especificações definidas no termo de referência; O cardápio deve também atender as particularidades dos discentes, deste Campus, em caso de alergias e intolerâncias alimentares, quando solicitada pelo fiscal do contrato;

9.1.17. Deverá ter o quadro de pessoal da empresa devidamente qualificado, e em quantidade suficiente para a realização das atividades pertinentes ao contrato, cabendo ainda a responsabilidade de monitorar o quadro de saúde de seus funcionários considerando as atividades previstas no Contrato.;

9.1.18. Responsabilizar-se pela higiene pessoal dos seus empregados que deverão se apresentar nos locais de trabalho devidamente uniformizados, em boas condições de higiene; Quando solicitado, apresentar o ASO dos funcionários que trabalham na produção das refeições ou quando houver troca do quadro;

9.1.19. Apresentará quando solicitado os registro dos treinamentos com os manipuladores de alimentos sobre: Boas práticas de manipulação; Higiene pessoal, ambiental, dos alimentos e dos utensílios; Controle e temperatura nas etapas do fluxo produtivo e no transporte;

9.1.20. Realizará pelo menos um treinamento semestral com os manipuladores de alimentos acerca da legislação vigente em vigilância sanitária;

9.1.21. Manterá, por conta própria, os custos relacionados com o transporte, alimentação e segurança dos seus funcionários, bem como as responsabilidades trabalhistas, previdenciários e fiscais dos mesmos;

9.1.22. Manterá os serviços prestados nos padrões técnicos ditados pelas normas vigentes, especialmente no que se refere ao Programa de Alimentação Segura, conforme Resolução 216 da ANVISA;

9.1.23. Cumprirá com a devida adequação todas as etapas pertinentes ao processo de produção e distribuição dos alimentos (aquisição de gêneros, armazenamento, higienização da UAN, higienização dos manipuladores, dentre outros) seguindo integralmente as legislações pertinentes a esse Contrato;

9.1.24. Deverá estabelecer e realizar o controle qualitativo e quantitativo de todas as etapas dos processos de operacionalização do serviço;

9.1.25. Disponibilizar para consulta os produtos químicos utilizados para desinfecção de mãos, hortifrúteis e talheres;

9.1.26. O fornecimento ocorrerá sempre nos dias úteis, a expensas da contratada, e o horário de entrega não deverá ultrapassar às 11h00min, podendo ser prorrogado a critério da Administração em razão



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

de fato superveniente demonstrado pelo Particular;

9.1.27. O recebimento do objeto deverá ser realizado por pessoal responsável designada pelo IF Baiano, mediante conferência de volumes e verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta;

9.1.28. Ficará vedada a reutilização de sobras para outras refeições, mesmo que seja em horário diferente do ofertado;

9.1.29. O preparo e o fornecimento das refeições devem atender ao Manual de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados nas Resoluções – RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002, e RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, da ANVISA.

9.1.30. Fazer controle da qualidade da alimentação e líquidos fornecidos através da guarda de amostras, conforme legislação vigente. Em caso de toxinfecção alimentares ou surto, deverão ser encaminhadas para análise em laboratório específico.

9.1.31. O veículo a ser utilizado para o transporte das refeições deverá atender as especificações técnicas da legislação vigente citadas nesse Contrato.

9.1.32. Os funcionários que realizarão o transporte deverão estar devidamente uniformizados, paramentados e asseados. No local de produção deverá conter uma estação exclusiva para lavagem de mãos dos manipuladores.

9.1.33. Assumirá as despesas relacionadas a devida uniformização dos funcionários envolvidos no serviço de alimentação e nutrição.

9.1.34. As preparações elaboradas na sede da Contratada deverão ser devidamente acondicionadas em marmitex e transportadas até as dependências da Contratante em CAIXAS ISOTÉRMICAS ou HOT BOX (ideais para transportar alimentos preparados, quentes ou frios) acondicionadas em temperatura acima de 70° C ou abaixo de 10°C (graus Celsius) e devem seguir os requisitos para o Transporte de Alimentos por meio da Portaria CVS-5/13, 09 de abril de 2013. Os vasilhames dos marmitex devem ser identificados com a data e horário de preparo e data e horário de validade. As preparações quentes não estarão contidas nas mesmas caixas isotérmicas que as preparações resfriadas.

9.1.35. Apresentar semanalmente ou sempre que solicitado o impresso com o registro do controle diário das temperaturas dos alimentos durante a produção, durante a montagem dos marmitex e na hora de entrega;

9.1.36. A empresa contratada deve possuir e manter disponível termômetro de haste de aço inox para



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

avaliar a temperatura interna dos alimentos, durante a produção e transporte dos mesmos; Deverá manter também 01 termômetro para controle da temperatura, no local onde serão as entregas do marmitex, no IF Baiano. Para avaliar a conformidade das temperaturas sugerimos basear-se nas recomendações da RDC nº 216/2004 para cadeia quente e da CVS 5/2013 para cadeia fria.

9.1.37. As refeições do marmitex deverão ser entregues a uma temperatura igual ou superior a 65°. As sobremesas, quando frutas ou doces caseiros que requerem refrigeração, deverão ser entregues a temperatura de até 10° C (geladas) e embaladas individualmente. Assim também os sucos naturais, devem ser entregues a uma temperatura de até 10°C.

9.1.38. Os alimentos prontos, devem ser mantidos numa temperatura mínima que seja ideal para controle da segurança alimentar (alimentos quentes em temperatura superior a 65°C por no máximo seis horas e os alimentos frios em temperatura inferior a 10°C por no máximo quatro horas).

9.1.39. Irá reparar ou substituir, às suas custas, totalmente ou parcialmente, as refeições fornecidas, quando forem identificados resultados finais insatisfatórios, resultantes da execução dos serviços ou de gêneros/produtos alimentícios inadequados.

9.1.40. Deverá se informar com a CONTRATANTE sobre o período de férias escolares e em situações de caso fortuito ou força maior, como incidentes climáticos, feriados prolongados ou greves, sobre a demanda prevista de estudantes, com o objetivo de ajustar a sua produção e minimizando a possibilidade de desperdício alimentar.

9.1.41. Tomará ciência e assinará o Livro de Ocorrências de responsabilidade da CONTRATANTE, quando solicitado pela mesma, e providenciará todas as medidas cabíveis para a correção das não conformidades contratuais em tempo hábil.

9.1.42. Prestará informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE em tempo hábil.

9.1.43. A Nutricionista do *campus* fará inspeção periodicamente nas dependências da Contratada, a fim de verificar a conformidade da prestação dos serviços com as exigências deste Termo de Referência;

10 - ÓRGÃO REQUISITANTE:

O presente "Termo de referência" foi elaborado pela nutricionista, junto à equipe de Licitações – *Campus* Alagoinhas, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, e integra o processo administrativo nº 23807.000176/2018-19, pregão eletrônico nº 17/2018.

Solicitante:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

Mayara Pimentel Almeida
Nutricionista

Aprovação Autoridade competente:

Renato Mascarenhas
DIRETOR GERAL

Alagoinhas/BA, 10 de Dezembro de 2018.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ao dias 16 de Janeiro do ano de 2018, o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – Campus Alagoinhas**, criado pela Lei nº 11.892, de 22 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 29 de dezembro de 2008, CNPJ nº 10.724.903/0004-11, neste ato representada pelo Diretor, o Sr. Roberto Carlos Santana Lima, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 393.369.645-34, designado pela Portaria Ministerial nº 332, de 18 de março de 2014, publicada no DOU de 19/03/2014, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao **Pregão Eletrônico (SRP) nº 14/2017, que objetiva o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação do serviço de fornecimento de refeições para alunos do curso de Agroecologia deste Campus, com intuito de atender as necessidades deste Campus de Alagoinhas**, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação supracitada, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras insertas no Decreto nº [7.892, de 23 de janeiro de 2013](#) ([alterações Decreto 8.250/14](#)).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação do serviço em Alimentação e Nutrição por meio da operacionalização e do desenvolvimento (SELF SERVICE) de todas as atividades envolvidas na produção e distribuição de refeições, para o almoço, em atendimento aos estudantes e estagiários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – campus Alagoinhas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste termo de referência e seus anexos.

1.2. Os valores para aquisição, as quantidades e as especificações dos materiais constantes deste registro encontram-se contidos na tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QUAT	P.UNIT	P.TOTAL
01	<p>Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de fornecimento de refeições, compreendendo também a operacionalização, e logística através de self service, para alunos devidamente matriculados no <i>Campus</i>.</p> <p>Obs1.: Fica o IF Baiano no direito de contratar os itens no todo ou parcelado, ao longo da execução contratual.</p> <p>Obs2.: A empresa ora contratada, poderá estender a prestação dos serviços aos servidores, terceirizados e visitantes, através do sistema self service. Desde que estes, paguem sua alimentação, sem nenhum ônus ao IF Baiano.</p>	Und	36.400	R\$ 21,52 (por aluno)	795.379,20



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

Parágrafo Primeiro – Este instrumento não obriga o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Parágrafo Segundo – Os órgãos participantes deverão integrar a Ata de Registro de Preços, na forma do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (alterações Decreto 8.250/14).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta Ata de Registro de Preços vigorará por 01(um) ano, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Alagoinhas.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA PROMITENTE

4.1. Os fornecedores, detentores dos preços registrados, deverão cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento, nos termos dispostos no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (alterações Decreto 8.250/14), e no edital do pregão e seus anexos, e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

5.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus anexos, e na legislação pertinente;

5.2. Para cada fornecimento poderá ser assinado um contrato entre a licitante que tenha firmado esta Ata de Registro de Preços e o titular do órgão ou entidade contratante, após a autorização da despesa e emissão do respectivo contrato;

5.3. O instrumento de contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como: carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;

5.4. O prazo para assinatura do contrato por parte do fornecedor registrado, quando aplicável, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação feita pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Reitoria, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

5.5. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas, quanto ao preço unitário, as cláusulas e condições constantes do edital do pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA SEXTA – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

6.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

6.2. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à Ata de Registro de Preços da Administração Pública Federal, conforme Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente ata.

Parágrafo Único – No caso de alteração dos preços praticados no mercado, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Alagoinhas, seguirá ao previsto no Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações (Decreto 8.250/14).

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#) (art. 17 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013);

8.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado (art. 18 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013);

8.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II – convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

8.5. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV – sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

8.5.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do **caput** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais;

9.2. Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caso a adjudicatária venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei nº 8.666/93, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar-se-ão as seguintes sanções:

a) advertência (inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93);

b) multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total contratual, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação oficial;

c) multa de 5% (cinco por cento) no caso inexecução parcial do contrato recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação oficial, ou por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada (inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93);

d) suspensão temporária de participar de licitação e contratar com o IF Baiano, pelo prazo de 02 (dois) anos (inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93);

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição (inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93).

9.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d”, “e” e “b” ou “c” poderão também ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que tomar ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I – todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

II – integram esta ata o edital do pregão e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada item.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da Bahia, Subseção de Alagoinhas.

Alagoinhas/BA,//2018.

CONTRATANTE:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – BAIANO
DIRETOR

CONTRATADA:

EMPRESA
PROCURADOR/SÓCIO/GERENTE

TESTEMUNHAS:

NOME/CPF/ N° RG

NOME/CPF/N° RG



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

ANEXO III

Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ n.º _____, sediada _____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório – Pregão Eletrônico nº **/2017, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data: _____

(assinatura) _____
Nome e número da identidade do declarante

ANEXO IV

Declaração Relativa à Proibição de Trabalho do Menor



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (*)

Data: _____

(assinatura) _____
nome e número da identidade do declarante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, ou Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488 de 2007.

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ n.º _____, sediada _____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de Junho de 2007, em seu art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

Data: _____

(assinatura) _____

Nome e número da identidade do declarante

MINUTA DO CONTRATO **/2018



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

Pelo presente instrumento particular, o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – BAIANO - Campus Alagoinhas**, Autarquia Federal, com CNPJ 10.724.903/0015-74, situada na Rua Manoel Romão, 166/150, Bairro: Alagoinhas Velha, Alagoinhas/BA, neste ato representado por seu Diretor Geral Renato Mascarenhas, brasileiro, casado, professor, portador do C.P.F nº 218.125.945-34, residente e domiciliado a Rua Renato Bittencourt, nº 337, Bairro: Jardim Pedro Braga nesta cidade, nomeado através da Portaria nº 138 de 09/02/15, publicada no D.O.U em 19/02/15, do outro lado, a empresa *****, CNPJ: *****, representado pela pessoa física *****, situado no endereço: Rua *****, 000 – Bairro: , *****/BA, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º *****, portador da Cédula de Identidade nº ***** – SSP/BA, daqui por diante denominado apenas CONTRATADO, representado neste ato, têm, entre si, ajustado um contrato sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente pregão tem por objeto registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação do serviço de fornecimento de refeições, compreendendo também a operacionalização, e logística através de self service para alunos devidamente matriculados do campus, com intuito de atender as necessidades do Instituto, conforme condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência deste edital

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QUAT	P.UNIT	P. TOTAL
01					

Parágrafo Primeiro – O serviço deverá ser prestado no Instituto Federal Baiano – Campus Alagoinhas e poderão serem dispensados a quaisquer momentos.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato a terceiros, quer total ou parcialmente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

Parágrafo Terceiro - Fazem parte integrante deste contrato, independente de sua transcrição, o processo via pregão nº 17/2018, do IF Baiano - Alagoinhas e a proposta da CONTRATADA, constantes do Processo n.º 23807.000143/2017-98.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FORNECIMENTO

Os serviços serão prestados ao **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – CAMPUS ALAGOINHAS**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Recebimento da Emissão da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº. 8.666/93, a contratante deverá:

- Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- Designar servidor para acompanhar a execução deste Contrato;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste Contrato;
- Rejeitar, no todo ou em parte o serviço prestado em desacordo com este contrato;
- Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação e qualidade dos serviços, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Administração Pública;
- Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas desse Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Fornecer os materiais/serviços objeto deste contrato, especificados no Anexo I – Termo de Referência ao **processo de via pregão eletrônico nº 14/2017, em local e hora indicados pela CONTRATANTE, conforme proposta apresentada pela Contratada ao Contratante, com presteza, pontualidade, de acordo com as Normas técnicas de comercialização, controle de qualidade e obedecendo aos quantitativos requisitados;**

II - Responder por danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, devidamente comprovados, quando do Fornecimento de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

Materiais/Serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

III - Zelar pela perfeita execução do fornecimento dos materiais/serviços contratados;

IV - Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes ao fornecimento dos materiais/serviços contratados;

V – Arcar com as despesas de (quando for o caso) transporte, seguros e demais encargos previstos em Lei, para a entrega dos produtos/serviços objeto deste contrato;

VI - Emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura quando da entrega dos produtos/serviços, para verificação e conferência dos mesmos, visando o efetivo pagamento;

VII - Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

VIII - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento de materiais/serviços deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

IX - Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam o fornecimento de materiais/serviços independente de solicitação;

X - Comunicar aos contratantes, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

XI – Outros itens elencados no preâmbulo do edital e nas especificações do Anexo I do termo de referencia.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, após a comprovação dos recolhimentos das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e atestada a conformidade dos serviços pelo setor competente, de acordo com as exigências contratuais através de depósito em conta corrente da contratada, sendo que a Nota Fiscal/Fatura deverá conter o número do Banco, o da Agência e o da Conta Corrente.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, mediante a aplicação do disposto no parágrafo quarto da referida Instrução Normativa nº 02/2008.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com suas obrigações sociais e tributárias.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$ *****,00 (*****).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os preços poderão ser reajustados observando correção monetária pelo índice INPC, desde que atestado e aprovado pela Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado aqui, com início na data de ***/**/2018 e encerramento em 31/12/2018, podendo ser prorrogado por interesse das partes por até o limite de mais 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- d) A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

Em conformidade com o disposto no Artigo 56 da Lei n.º 8.666/93, foi dispensada a garantia.

CLÁUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES

Conforme o disposto no Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caso a Adjudicatária venha a incorrer em uma das situações previstas no Art. 78, Incisos I a XI da Lei nº 8.666/93, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência (Inciso I, do Art. 87, da Lei nº 8.666/93);
- b) Multa moratória pelo atraso de 0,5% ao dia;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

c) Multa compensatória de 2% pelo inadimplemento parcial do Contrato, o qual será descontado na fatura;

d) Multa compensatória de 20% pelo inadimplemento total do Contrato, o qual será descontado na fatura;

e) Multa de 2% (dois por cento) do valor do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada (Inciso II, do Art. 87, da Lei nº 8.666/93);

f) Suspensão temporária de participar de licitação e contratar com o IF Baiano-Campus Alagoinhas, pelo prazo de 02 (dois) anos (Inciso III, do Art. 87, da Lei nº 8.666/93);

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição (Inciso IV, do Art. 87, da Lei nº 8.666/93).

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão também ser aplicadas concomitantemente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que tomar ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, nos casos previstos no Art. 77, 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base nas disposições das leis 8.666/93, 10.520/02 e decreto 5.450/05.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

A Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do Parágrafo Único do Art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CREDITO

A despesa com a execução da presente licitação correrá à Conta Econômica 339039, SERVIÇOS, Programa de Trabalho 12363.2031.20RL0029, Fonte de Recursos 0112000000 do Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DIREITOS E PRERROGATIVAS

A observância do Artigo 65 da Lei n.º. 8.666/93, a contratante poderá alterar com as devidas justificativas o presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

O Foro de eleição para eventuais demandas judiciais é o da Justiça Federal, Seção Judiciária da Bahia, Subseção de Alagoinhas.

Por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de duas testemunhas também



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS ALAGOINHAS**

signatárias.

Alagoinhas/BA, **, ***** de 2018

CONTRATANTE: _____
José Renato Oliveira Mascarenhas
DIRETOR GERAL
INSTITUTO FEDERAL BAIANO-CAMPUS ALAGOINHAS

CONTRATADA: _____
NOME: *****
EMPRESA: *****

Testemunhas:

C.P.F.

C.P.F.